

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*).

SCHREIBER (Hermann e Georg). — **História e Mistérios das Sociedades Secretas**. Tradução de Eurico Douwena. Ibrasa. São Paulo. 1959. 329 pp.

Este livro analisa as principais sociedades secretas de que temos conhecimento.

Inicialmente, na introdução, mostra a existência ainda hoje de numerosas sociedades secretas, tanto no Velho como no Novo Mundo desde as organizações estudantis alemãs à Ku-Klux-Klan, Mau Mau, Maffia e até à nossa macumba.

Em seguida examina as sociedades secretas na Antigüidade, onde vemos principalmente os heteros gregos, mas curiosamente ocupa-se muito pouco com a confraria de Eleusis. Com os romanos acontece o mesmo, os Autores preocupam-se muito com as bacanais, não levando em conta inúmeras sociedades secretas então existentes, entre elas o Cristianismo primitivo que vivia no ostracismo para sobreviver. Também deixa de lado a famosa confraria dos essênios, agora em evidência com as descobertas dos manuscritos do Mar Morto. A Idade Média também não é muito aquinhoada neste livro.

Na terceira parte os Autores examinam as sociedades modernas, detendo-se longamente no caso dos Rosa-Cruz, Maçonaria, sociedades secretas italianas e russas.

Como se vê, um livro muito desigual, dando ênfase especial a determinados casos em detrimento de outros; apesar disso tudo é um livro de leitura interessante, se bem que se possa dêle discordar em alguns trechos.

E. SIMÕES DE PAULA

*
* *

LATOUCHE (Robert). — **Les Origines de l'Économie Occidentale. (IVe.-XIe. siècle)**. Paris, Ed. Albin Michel, 1956. 406 pp. (Coleção "L'Évolution de l'Humanité").

O presente trabalho do professor Robert Latouche (da Faculdade de Letras de Grenoble) nos obriga a repensar o problema "tantas vezes colocado, mas jamais resolvido" da decadência da civilização antiga e da formação da Europa feudal — certamente um dos temas mais fascinantes da história geral da civilização e da história econômica em particular. De fato, seu estudo se restringe às transformações da vida econômica, a partir do momento (IV século) em que a economia do Império Romano entra em desagregação, anali-

(*). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa das suas publicações para a competente resenha bibliográfica (*Nota da Redação*).

sando em profundidade a fase mais tipicamente senhorial, até o “renascimento” econômico do século XI, marco da segunda Idade Média. Outras obras da mesma coleção, abordando o mesmo período total ou parcialmente, completam o quadro histórico da Alta Idade Média: trabalhos de Ferdinand Lot, Marc Bloch, Louis Halphen, etc.

Reverenciando embora a envergadura dos grandes historiadores que o antecederam no tratamento do assunto (Henri Pirenne, Alfons Dopsch, F. Lot, etc.), R. Latouche não se propõe contudo realizar simples **mise au point** do problema; à base de sua experiência de medievalista, o Autor empreende a reconsideração da problemática acumulada, entrando a fundo na discussão das diversas “teses”, não raramente antagônicas, até aqui defendidas, tentando enfim conclusões próprias, consciente do caráter talvez provisório das mesmas. Reside naturalmente aí a grande importância de sua obra; reunindo originalidade de pensamento e extraordinária erudição, que fundamenta cada um de seus passos, ela se impõe desde logo como ponto de referência necessário para a compreensão daquela etapa decisiva na evolução do mundo ocidental.

As dificuldades próprias à elaboração de resumo de obras desse gênero, que abordam campo vasto e complexo, o presente estudo acresce outras que lhe são peculiares. Referindo-se a H. Pirenne, o Autor observa que “para dar mais relêvo ao seu pensamento, êle gostava de marcá-lo fortemente e com golpes redobrados, deixando aos que viessem depois a tarefa ingrata de matizá-lo” (p. 165). Esta “tarefa ingrata” de “nuançar” as arestas de esquemas interpretativos, ninguém a empreende com mais vigor que Robert Latouche no presente livro: iluminar os claros-escuros, configurar as diferenças regionais, acompanhar os avanços e recuos dos vários processos, esnrijuçar as variações semânticas da terminologia medieval — são as preocupações dominantes de seu espírito. Daí as dificuldades de quem se propõe resenhar as linhas mestras de sua investigação; não obstante, a posição destacada que ela ocupa no campo da historiografia econômica medieval impõe êsse esforço.

A primeira das quatro partes em que se divide a obra, estudando as “forças componentes” da economia medieval já nos introduz na maneira do Autor enfocar o problema: a economia feudal apresenta-se-lhe como uma “composição” das tendências de mudança da vida econômica no Baixo Império com as “contribuições” características do mundo germânico. Por isso, o Autor parte (cap. I) de uma descrição da “crise” da economia romana, à base dos textos de Plínio-o-Antigo, Catão, Columela, etc.: abandôno paulatino das atividades agrícolas na Itália e declínio da produção, desenvolvimento dos latifúndios escravistas pouco produtivos e ascensão dos especuladores **praepotentes**, etc.; todos êsses aspectos negativos agravam-se notavelmente com o estancamento das fontes de escravos, por pressões externas e comoções interiores, no III século, cristalização aguda da crise. O Baixo Império, desenvolvendo grande esforço para superá-la, “trouxe o novo e tôda a economia da Alta Idade Média é comandada pela obra de restauração grandiosa e muitas vêzes in-

felizmente caluniada que levaram a efeito os imperadores do IV século” (pg. 11). A política econômica dêste período é, pois, detidamente analisada: as reformas fiscais e monetárias, estatizando a cunhagem e organizando o sistema monetário, ampliando a tributação, acompanhadas de medidas visando garantir o abastecimento, fixando preços e salários, configuram um estatismo antes desconhecido mas que lança as bases da Europa Medieval (pg. 18). Estabelecidos êsses fundamentos, o Autor analisa a evolução da vida rural no mesmo período, insistindo nos processos de “colonato” e de “patrocínio”, êste destruindo pequenas propriedades e sujeitando os camponeses, aquêles transformando os escravos em colonos; ambos confluem na formação do regime senhorial, restaurando a produção agrícola e superando a crise. Êstes processos operam contemporaneamente com a integração dos germanos na economia ocidental, incorporando assim elementos culturais característicos dêsses povos (por exemplo, o regime dos campos abertos e alongados). Paralelamente, a Igreja se constitui em fator importante pela colonização ligada ao monaquismo e formação dos domínios eclesiásticos; por outro lado, mantém os resquícios da vida urbana e impõe profunda influência ideológica (proibição da usura, etc.).

O estudo da época merovíngia forma o objeto da segunda parte. Criticando as idéias de Fustel de Coulanges sôbre a estrutura agrária dêste período — síntese “majestosa, porém formal” — R. Latouche demonstra, apoiado em fontes primárias e em monografias regionais, a existência de pequenas propriedades (**vici**) em trâmite de absorção pelos domínios senhoriais (**villa**) — o que significa a persistência do processo iniciado no Baixo Império. Ao mesmo tempo se intensifica o colonato. Nessa dinâmica, é possível compreender a variedade das estruturas internas dos domínios (glebas livres, glebas servis, etc.). A análise interna dessas unidades de exploração (**manses**) permite captar as formas primitivas de colonização, lançando luz sôbre o processo de senhorialização (formação dos **indominicata**) subsequente: na realidade, no período merovíngio, aquêles processo se intensifica com a interveniência de novos fatores — formação dos grandes mosteiros, distribuição feudal por parte dos reis bárbaros às novas aristocracias, pagamento de serviços, etc. Contemporaneamente, entra em “eclipse” a vida urbana. De fato, contrariando o que pensava Pirenne, R. Latouche procura demonstrar que “a vida urbana sofreu um eclipse desde as primeiras invasões bárbaras do III século em tôda a Europa ocidental e seu renascimento não se efetuou senão a partir do século XI” (pg. 114). Para tanto, estuda o significado das cidades imperiais romanas, cujo esplendor e grandeza empanou a fragilidade: suas atividades prôpriamente produtivas eram assaz mediocres, viviam em grande parte de funções administrativas; não resistem, por isso, ao impacto das invasões — transformando-se, primeiramente em fortalezas, entrando logo mais em decadência. Esta seria definitiva e total não fôra a Igreja, adotando os quadros administrativos do govêrno imperial e instalando nelas as sedes episcopais, salvarguardar um resquício de vida urbana;

em alguns casos, para além das muralhas, o estabelecimento de mosteiros promove nova aglomeração.

Completando o quadro da situação econômica desse período, R. Latouche diverge das formulações de Pirenne sobre a persistência do “grande comércio” (comércio a longa distância e grande volume, implicando uma classe de comerciantes profissionais) da Antiguidade romana nos tempos merovíngios, em contraste com o subsequente período carolíngio, cuja característica básica seria a inexistência desse grande comércio numa vez que a expansão muçulmana o tornara impossível. Para R. Latouche é incorreto falar de “ruptura”, pois uma longa decadência do comércio precede o avanço do Islão; de um lado, procura confutar os argumentos em contrário, reduzindo a importância do comércio documentável nesse período (por exemplo, a predominância dos comerciantes orientais, antes aventureiros que mercadores, se lhe afigura prova de debilidade do comércio europeu), doutro lado, carrega novos elementos evidenciadores do declínio das atividades mercantis. Finalmente, a persistência da circulação das moedas de ouro bizantinas, um dos argumentos principais da interpretação anterior, é contestada: na realidade, sob os merovíngios, desorganiza-se a cunhagem estatal, passando esse serviço a particulares; o resultado foi evidentemente o aviltamento da moeda, introduzindo-se a cunhagem da prata.

Destarte, o período carolíngio (assunto da terceira parte da obra) não se apresenta como o reverso do anterior (o contraste econômico de que falava Pirenne), mas como seu prolongamento. Mais ainda, sob Carlos Magno, processa-se realmente uma reação contra a anarquia merovíngia, de sentido nitidamente estatizante; os “Capitulares” revelam, segundo o Autor, um esforço organizado e contínuo. Através dessa legislação estuda o novo sistema monetário baseado no mono-metalismo prata e o esforço pela estatização da cunhagem; se o objetivo não é totalmente alcançado, firma-se o direito de controle e fiscalização pelo poder central, e restabelece uma moeda sã, embora a partir do fim do século IX, recomeçassem as concessões. No conjunto, a reforma significou a adaptação do sistema monetário ao papel real que a moeda podia exercer numa economia predominantemente dominal, de circulação muito restringida. Retração, aliás, coroada pela legislação comercial do Imperador, que inspirado por conselheiros eclesiásticos, dá sanção civil, estendendo aos leigos, a proibição do empréstimo a juro, etc. Entretanto, segundo o Autor, é impossível falar propriamente em atrofiamento da vida econômica, pois sua vitalidade é atestada pelos numerosos mercados locais, e a circulação de certos produtos (sal, escravos, etc.). Por outro lado, as relações comerciais com o Oriente não desaparecem de todo, como não estão de todo ausentes os comerciantes orientais, sobretudo judeus: comércio de especiarias, sedas, etc.; além do mais, desenvolve-se o tráfico danubiano e os entrepostos da Europa Central e Oriental. Todavia, R. Latouche não acompanha o ponto de vista de Maurice Lombard para quem a expansão do mundo islâmico repercutiu posi-

tivamente na Europa Ocidental, integrando-a em novos circuitos monetários e ativando-lhe o comércio.

A evolução das estruturas agrárias no sentido da senhoriação adquire sob os carolíngios a sua configuração completa e acabada: através de fontes excepcionalmente ricas como o capitulário de villis e os polípticos das grandes abadias (sobretudo a de Saint Germain des Prés), o Autor recompõe a organização e o funcionamento dos grandes domínios senhoriais, ressaltando a variedade de sua produção auto-suficiente, ao mesmo tempo fazenda e manufatura, a reserva senhorial e os manses, as corvéias e o regime de villicatio. Contudo, essa mesma análise lhe permite fixar as pequenas unidades agrárias de ocupação e produção que lhe servem de fundo, e sôbre as quais se estabelecem os direitos senhoriais. E' portanto, segundo R. Latouche, a pequena propriedade que predomina na estrutura agrária, e naquelas regiões isentas de senhoriação (que para o Autor são as mais extensas) ela emerge claramente.

A quarta e última parte é dedicada ao estudo do "nascimento de uma civilização ocidental", e aborda as transformações anunciadoras da segunda fase da Idade Média sob três aspectos. Primeiramente, a expansão dos povos escandinavos em suas várias direções, e as repercussões profundas que produziram sôbre a vida econômica da Europa: por exemplo, na França, as invasões dos "homens do norte" atuaram ora no sentido de enfraquecer os vínculos senhoriais, ora em sentido contrário possibilitando a formação de extensos domínios. Em segundo lugar o renascimento da vida urbana: aqui, o Autor explicita que se trata, essencialmente, não de um renascimento das cidades, mas do advento de aglomerações de um novo tipo onde o comércio e o artesanato são funções principais. Além disso, acentua que êsse novo tipo já se desenvolve precocemente nos setores orientais do mundo carolíngio (**Francie orientalis**), sobretudo na Renânia, nos séculos IX e X; o que vem retomar suas considerações sôbre a intensificação do tráfico nessas regiões sob os primeiros carolíngios. Finalmente, e completando o quadro dessas novas condições, apresenta os principais elementos da expansão agrícola do século XI. A "conclusão" que se segue retoma, pondo em destaque, algumas das linhas principais de sua reconstrução histórica.

A contribuição de Robert Latouche para a história da economia medieval, como se depreende do esboço acima apresentado, situa-se em dois planos: por um lado, retoma e rediscute as interpretações anteriores; doutra parte, utilizando-se das mais recentes investigações monográficas e de larga dosagem de fontes primárias, recompõe o quadro histórico do período em foco. Evidentemente, ambos os aspectos se interpenetram, e muitas vêzes é criticando posições já firmadas que o Autor elabora a sua própria interpretação. A tarefa crítica que se impõe, é, portanto, fundamentalmente, configurar o núcleo de sua explicação para, confrontando com as demais formulações, aquilatar o alcance de sua contribuição específica para a compreensão da vida econômica da Europa Medieval em termos de conhecimento científico.

Para tanto, é mister deixar de lado a grande riqueza de dados e fatos apresentados em seu trabalho, mas somente a fim de analisar seus elementos explicativos, duma vez que o contexto fatural é a base empírica de toda reflexão histórica. Nesta perspectiva, a obra de Robert Latouche apresenta-se-nos carente de uma concepção sistemática dos fenômenos econômicos e sociais que lhe permitisse inter-relacionar os diversos processos descritos numa visão global de seu desenvolvimento histórico. Assim, por exemplo, ao constatar o que chamou de “eclipse da vida urbana” na época merovíngia, procura sua explicação na fragilidade das cidades do Império Romano e no “gosto tradicional dos germanos pela vida rural”, sem relacionar com o progresso das instituições senhoriais durante o mesmo período. O defeito básico, contudo, é que o referido progresso das instituições senhoriais não foi compreendido enquanto formação de uma estrutura econômica feudal ou dominial tendente a auto-suficiência da produção local, e implicando pois numa retração do comércio e conseqüente decadência urbana (também as funções administrativas das cidades são afetadas pois a estrutura econômica feudal conduz à desagregação do estado).

Se confrontarmos, por outro lado, as explicações do autor do presente estudo com a interpretação de Henri Pirenne, mais evidente se torna a limitação acima apontada. Na concepção do historiador belga sobre a economia medieval, elaborada e retomada ao longo de suas numerosas obras, é possível isolar o seu critério explicativo, embora este não apareça teoricamente formulado. De fato, no ensaio sobre a história social do capitalismo, caracterizando o período carolíngio, acentua Pirenne que o comércio dessa fase “nada representa de essencial para a sociedade”, que pode prescindir dele para a sua permanência; trata-se portanto de estabelecer a posição do regime de trocas no contexto geral da vida econômica, ou em outras palavras — o grau alcançado pelo processo de mercantilização da produção num momento histórico dado. Parece ser esta, na realidade, a posição metodológica que informa as investigações de Pirenne: a extensão ou a retração dos mercados se apresenta, pois, como fator básico, integrativo dos demais fatores das transformações econômicas da sociedade. Daí, a procura da gênese da economia senhorial no fechamento do comércio mediterrâneo pela expansão muçulmana; e, igualmente, a superação dessa forma econômica no restabelecimento das rotas comerciais. Em face dessa interpretação, impunha-se evidentemente não apenas um exame da sua comprovação empírica, senão ainda a discussão do seu esquema explicativo implícito, a fim de constatar se a discordância com a realidade decorre de uma incorreta utilização de conceitos, ou da pouca ou nenhuma validade dos mesmos. A obra de R. Latouche se constitui numa sólida refutação empírica da interpretação de Pirenne: não persiste o grande comércio até o surto islâmico, a circulação monetária do Império Romano não se mantém no período merovíngio, as origens das instituições senhoriais encontram-se no Baixo Império, etc.; mas não critica aquela interpretação no mesmo nível em que fora formulada, isto é, não

discute os conceitos que lhe são inerentes, e não apresenta um novo sistema integrado de explicação. Por isso, ao remontar muito acertadamente à “crise” econômica do Império Romano para apreender a gestação das instituições senhoriais, não procede a uma análise estrutural dessa crise; daí apelar para as medidas de política econômica como fatores explicativos das mudanças subsequentes — quando Marc Bloch demonstrara, na sua penetrante análise da gênese das instituições senhoriais (**Cambridge Economic History of Europe**, vol. I), que as normas governamentais do Baixo Império, fruto das transformações econômicas e sociais, constituíram-se, reversivamente, uma vez fixadas, em outros tantos fatores de transformações.

Tal deficiência metodológica e conceitual se torna particularmente grave em se tratando do período analisado: abrangendo a decadência da chamada economia antiga e sua concomitante transformação no sistema feudal, atinge o início da desagregação deste último e a origem do regime capitalista. A conceituação rigorosa dessas diferentes estruturas econômicas é premissa indispensável para se compreender cientificamente o processo histórico daquela fase.

Insistindo sobre o que se nos afiguram pontos essenciais da investigação histórico-econômica, poderá parecer que temos a pretensão de desvalorizar o trabalho de Robert Latouche. Tal não ocorre, pois, como já de início frisamos, é indiscutível sua riqueza de sugestões e a posição relevante que passa a ocupar no conjunto da historiografia medieval. É que o seu mérito, a nosso ver, está menos na elaboração de novas sínteses explicativas que na crítica, de base sobretudo empírica, de esquemas mais ou menos firmados e com tendência a se cristalizarem. Essa tarefa é sumamente importante, e por isso esta obra oferece, além dos méritos já assinalados, base segura para as futuras reflexões em torno da economia européia medieval.

FERNANDO ANTÔNIO NOVAIS

*

* *

GOMES DOS SANTOS (Pe. Domingos Maurício). — **Cançãoeiro chamado de D. Maria Henriques**. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956. CLX + 673 págs.

Quando, em junho de 1942, se realizava no Pôrto o IV Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, uma comunicação conjunta — dos Padres Carlos da Silva Tarouca e Domingos Maurício — veio assinalar a localização do precioso códice poético quinhentista, o **Cançãoeiro de D. Maria Henriques**, conhecido até então por imprecisas referências desde a citação de Barbosa Machado — que por certo ouvira dele vagas informações. O Pe. Tarouca — a quem se deparou o cimélio nos arquivos da Casa Teles da Silva —, e o segundo — que o editou agora numa primorosa edição crítica —, puseram em relêvo, nessa ocasião, a importância histórico-literária do